

FICHA CATALOGRÁFICA

M357f Marques, Egilda Freitas de Albuquerque.

Família multiespécie e disputa de guarda de animais de estimação: o judiciário brasileiro supera a concepção patrimonial do código civil ? / Egilda Freitas de Albuquerque Marques – Teresina: UNINOVAFAPI, 2025.

Orientador (a): Profa. Dra. Iracema Fazio. – UNINOVAFAPI, 2025.

39.p.; il. 23cm.

Trabalho de Conclusão (Graduação em Direito) – UNINOVAFAPI, Teresina, 2025.

1. Direito animal. 2. Guarda de animais. 3. Divórcio. 4. Família multiespécie. I. Título. II. Marques, Egilda Freitas de Albuquerque.

CDD 346.017

Catálogo na publicação
Francisco Renato Sampaio da Silva – CRB 3/1028

EGILDA FREITAS DE ALBUQUERQUE MARQUES

FAMÍLIA MULTIMÍDIA E DISCUSSÃO DE GUARDA DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO:
O Judiciário Brasileiro Supera a Concepção Patrimonial, do Código Civil

Artigo de Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Banca Examinadora do
Afya Centro Universitário Uninovafapi,
como requisito parcial para obtenção do
grau de Bacharel em Direito.

Data de Aprovação: 14 / 11 / 2025



Professora Dra Iracema Frazio
Afya Centro Universitário Uninovafapi
(Orientadora)



Professor Mestre Aurélio Lobão Lopes
Afya Centro Universitário Uninovafapi
(1º Examinador)



Professor Mestre Frank Lucio Dantas Noronha
Afya Centro Universitário Uninovafapi
(2º Examinador)

EGILDA FREITAS DE ALBUQUEQUE MARQUES

**FAMÍLIA MULTIESPÉCIE E DISPUTA DE GUARDA DE ANIMAIS DE
ESTIMAÇÃO: o judiciário brasileiro supera a concepção patrimonial do código
civil?**

TERESINA-PI

2025

EGILDA FREITAS DE ALBUQUEQUE MARQUES

**FAMÍLIA MULTIESPÉCIE E DISPUTA DE GUARDA DE ANIMAIS DE
ESTIMAÇÃO: o judiciário brasileiro supera a concepção patrimonial do código
civil?**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Afya Centro Universitário –
Uninovafapi, para obtenção do título de
Bacharel em Direito.

Orientadora: Profa. Dra. Iracema Fazio

TERESINA-PI

2025

A Deus.

*À meus pais e familiares, amigos, professores, orientadores e a todos que me
ajudaram por todo apoio e carinho!*

Dedico!

*“Quando o homem
aprender a respeitar até o
menor ser da criação, seja
animal ou vegetal, ninguém
precisara ensiná-lo a amar
seus semelhantes “*

(Albert Schweitzer)

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a disputa de guarda de animais de estimação em caso de divórcio no Brasil, diante da ausência de legislação específica e do reconhecimento crescente da chamada família multiespécie. A pesquisa busca compreender como o ordenamento jurídico brasileiro, especialmente por meio da jurisprudência, tem solucionando conflitos envolvendo a custódia de *pets*, discutindo fundamentos constitucionais como a dignidade da pessoa humana, a afetividade e a proteção do bem-estar animal. A metodologia adotada consiste em pesquisa bibliográfica exploratória e análise jurisprudencial, a fim de identificar critérios utilizados pelos tribunais e os principais posicionamentos doutrinários sobre o tema. O estudo pretende contribuir para o debate acadêmico e prático, evidenciando a necessidade de maior segurança jurídica e eventual regulamentação específica para os litígios que envolvem animais de estimação em dissoluções conjugais.

Palavras-chave: Direito Animal. Guarda de Animais. Divórcio. Família Multiespécie.

ABSTRACT

This article aims to analyze pet custody disputes in divorce cases in Brazil, given the absence of specific legislation and the growing recognition of the so-called multi-species family. The research seeks to understand how the Brazilian legal system, especially through jurisprudence, has resolved conflicts involving pet custody, discussing constitutional principles such as human dignity, affection, and the protection of animal welfare. The methodology adopted consists of exploratory bibliographic research and jurisprudential analysis, in order to identify criteria used by the courts and the main doctrinal positions on the subject. The study intends to contribute to the academic and practical debate, highlighting the need for greater legal certainty and eventual specific regulation for disputes involving pets in marital dissolutions.

Keywords: Animal Law. Animal Custody. Divorce. Multispecies Family.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABINPET - Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação

CC – Código Civil

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11

2 ARTIGO 14

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS 34

REFERÊNCIAS 35

1 INTRODUÇÃO

O conceito de família mudou e não segue só aquele modelo antigo patriarcal, hoje ela pode ser composta só por pais, só por mães, por casais homoafetivos e, principalmente, numa circunstância onde os animais são considerados membros. Desta forma, a família tornou-se fundamentada sobretudo no afeto e não só em laços consanguíneos. "Peter Singer afirma que os animais são seres sencientes, capazes de sentir dor e sofrimento, no seu livro mais famoso "Libertação Animal" (1975).

A pesquisa demonstra que já existem casos de guarda compartilhada e pensão nos tribunais brasileiros quando há divórcios ou fim da união estável. Observa-se que o tema vem sendo discutido por especialistas de setores como: veterinária, biologia, química. Além disso, ultimamente o tema surge como objeto de interesse de pesquisadas pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, bem como, pela ABINPET - Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação, além dos julgados extraídos no STF - Supremo Tribunal Federal.

Destaque-se que a iniciativa partiu do inconformismo pelo sentimento de injustiça que se funda na tese do não reconhecimento dos animais como sujeitos de direitos, sendo-lhes negada a devida proteção legal e moral.

A pesquisa pretende demonstrar qual o lugar atualmente ocupado por animais no seio das famílias brasileiras, bem como os estreitos vínculos afetivos construídos entre os membros destas famílias e os animais.

Neste sentido, a presente pesquisa tem o viés de compreender a natureza jurídica desta relação, no ambiente familiar, bem como as suas formas de manifestação. Sobretudo, pretende estudar a nova compreensão do fenômeno da família multiespécie.

Por isso, a pesquisa preocupa-se em despertar não somente na comunidade jurídica, mas, também, na sociedade brasileira atual a importância de se compreender quais os reflexos da concessão de proteção jurídica para este novo fenômeno da família multiespécie.

Importante salientar que a jurisprudência vem tratando da guarda de animais de estimação, evidenciando a ausência de uma lei especial para cuidar do tema. O

que vem deixando ao arbítrio dos tribunais o papel de apresentar soluções criativas, adaptando o conceito do direito da família e do direito das coisas.

Por isso, é que a questão norteadora do presente estudo busca compreender como a jurisprudência brasileira tem se posicionado quanto à definição da guarda de animais de estimação em litígios familiares, e quais são os critérios prevalentes nestas decisões.

Denote-se que o presente trabalho tem o objetivo de analisar como o ordenamento jurídico brasileiro tem enfrentado as disputas de guarda de animais de estimação nos litígios de divórcio, verificando a evolução jurisprudencial, os fundamentos doutrinários e os reflexos do reconhecimento jurídico da família multiespécie

Neste sentido, apresenta como objetivos específicos: examinar a legislação brasileira vigente relacionada à tutela dos animais e ao direito de família, identificando lacunas quanto à guarda em casos de divórcio; investigar a construção jurisprudencial sobre a guarda dos animais de estimação, destacando os principais critérios utilizados pelos tribunais; apresentar o debate doutrinário contemporâneo, considerando autores nacionais e internacionais que defendem a guarda compartilhada de animais domésticos; discutir a influência do conceito de família multiespécie na definição e deveres relacionados aos animais em litígios familiares; propor reflexões sobre a necessidade (ou não) de regulamentação específica para assegurar segurança jurídica e proteção do bem-estar animal.

Note-se, ainda, que o tema da disputa de guarda de animais de estimação em casos de divórcio revela-se de grande relevância jurídica e social. Observa-se no Brasil, um crescimento significativo no número de famílias que incluem animais como membros efetivos do núcleo familiar, caracterizando a chamada família multiespécie.

Assim é que tal realidade vem desafiando o ordenamento jurídico brasileiro, ainda marcado por normas que tratam os animais majoritariamente como bens semoventes, desconsiderando o vínculo afetivo e a proteção de seu bem-estar.

Por isso, é que o presente trabalho buscará enfrentar o desafio da ausência de legislação específica sobre a guarda de animais de estimação em dissoluções conjugais já que se configura em tema gerador de insegurança jurídica para magistrados, que se valem de soluções criativas e fundamentadas em princípios constitucionais, como a dignidade da pessoa humana, a afetividade e a proteção do

meio ambiente, para a tomada de decisão. O que oportuniza à jurisprudência assumir um papel central, delineando critérios para decisões que buscam equilibrar os interesses das partes e a tutela do animal.

Ademais, refira-se que, academicamente, o estudo é pertinente por inserir-se no campo emergente do Direito Animal e do Direito de Família contemporâneo, contribuindo para o debate doutrinário e para a reflexão crítica acerca da necessidade de atualização normativa. De mais a mais, sob o aspecto social, a pesquisa se justifica pela relevância que os animais de estimação exercem no cotidiano das famílias sendo, muitas vezes, fonte de afeto, companhia e até suporte emocional.

Assim, a investigação do tema é importante não apenas para compreender a evolução sobre a matéria, mas também para fomentar a discussão acerca da possibilidade de construção de um marco regulatório mais claro e afetivo, capaz de assegurar maior proteção ao vínculo afetivo entre humanos e seus animais de estimação em contexto de dissolução conjugal.

Outrossim, no desenvolvimento deste trabalho, optou-se por uma estrutura sistemática que permite abordar progressivamente as transformações jurídicas relacionadas à condição dos animais não humanos no ordenamento jurídico brasileiro.

FAMÍLIA MULTIESPÉCIE E DISPUTA DE GUARDA DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO: o judiciário brasileiro supera a concepção patrimonial do código civil?

MULTI-SPECIES FAMILIES AND PET CUSTODY DISPUTES: does the brazilian judiciary overcome the property-based conception of the civil code?

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a disputa de guarda de animais de estimação em caso de divórcio no Brasil, diante da ausência de legislação específica e do reconhecimento crescente da chamada família multiespécie. A pesquisa busca compreender como o ordenamento jurídico brasileiro, especialmente por meio da jurisprudência, tem solucionando conflitos envolvendo a custódia de *pets*, discutindo fundamentos constitucionais como a dignidade da pessoa humana, a afetividade e a proteção do bem-estar animal. A metodologia adotada consiste em pesquisa bibliográfica exploratória e análise jurisprudencial, a fim de identificar critérios utilizados pelos tribunais e os principais posicionamentos doutrinários sobre o tema. O estudo pretende contribuir para o debate acadêmico e prático, evidenciando a necessidade de maior segurança jurídica e eventual regulamentação específica para os litígios que envolvem animais de estimação em dissoluções conjugais.

Palavras-chave: Direito Animal. Guarda de Animais. Divórcio. Família Multiespécie.

ABSTRACT

This article aims to analyze pet custody disputes in divorce cases in Brazil, given the lack of specific legislation and the growing recognition of the so-called multispecies family. The research seeks to understand how the Brazilian legal system, particularly through case law, has resolved disputes involving pet custody, discussing constitutional foundations such as human dignity, affection, and the protection of animal welfare. The methodology adopted consists of exploratory bibliographic research and case law analysis to identify criteria used by courts and the main doctrinal positions on the subject. The study aims to contribute to academic and practical debate, highlighting the need for greater legal certainty and potential specific regulation for disputes involving pets in marital dissolutions.

Keywords: Animal Law. Animal Custody. Divorce. Multispecies Family.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de família mudou e não segue só aquele modelo antigo patriarcal, hoje ela pode ser composta só por pais, só por mães, por casais homoafetivos e, principalmente, numa circunstância onde os animais são considerados membros. Desta forma, a família tornou-se fundamentada sobretudo no afeto e não só em

laços consanguíneos. Peter Singer (1975) afirma que os animais são seres sencientes, capazes de sentir dor e sofrimento, no seu livro mais famoso, "Libertação Animal" (1975).

A pesquisa demonstra que já existem casos de guarda compartilhada e pensão nos tribunais brasileiros quando há divórcios separação ou fim da união estável. Observa-se, que o tema vem sendo discutido por especialistas de setores como: veterinária, biologia, química. Além disso, ultimamente o tema surge como objeto de interesse de pesquisadas pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, bem como, pela ABINPET - Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação, além dos julgados extraídos no STF - Supremo Tribunal Federal.

Destaque-se que a iniciativa partiu do inconformismo pelo sentimento de injustiça que se funda na tese do não reconhecimento dos animais como sujeitos de direitos, sendo-lhes negada a devida proteção legal e moral.

A pesquisa pretende demonstrar qual o lugar atualmente ocupado por animais no seio das famílias brasileiras, bem como os estreitos vínculos afetivos construídos entre os membros destas famílias e os animais.

Neste sentido, a presente pesquisa tem o viés em compreender a natureza jurídica desta relação, no ambiente familiar, bem como as suas formas de manifestação. Sobretudo, pretende estudar a nova compreensão do fenômeno da família multiespécie

Por isso, a pesquisa preocupa-se em despertar não somente na comunidade jurídica, mas, também, na sociedade brasileira atual, a importância de se compreender quais os reflexos da concessão de proteção jurídica, para este novo fenômeno da família multiespécie.

Importante salientar que a jurisprudência vem tratando da guarda de animais de estimação, evidenciando a ausência de uma lei especial para cuidar do tema. O que vem deixando ao arbítrio dos tribunais o papel de apresentar soluções criativas, adaptando o conceito do direito da família e do direito das coisas.

Por isso, é que a questão norteadora do presente estudo busca compreender como a jurisprudência brasileira tem se posicionado quanto à definição da guarda de animais de estimação em litígios familiares, e quais são os critérios prevalentes nestas decisões.

Denote-se que o presente trabalho tem o objetivo de analisar como o ordenamento jurídico brasileiro tem enfrentado as disputas de guarda de animais de estimação nos litígios de divórcio, verificando a evolução jurisprudencial, os fundamentos doutrinários e os reflexos do reconhecimento jurídico da família multiespécie

Neste sentido apresenta como objetivos específicos: examinar a legislação brasileira vigente relacionada à tutela dos animais e ao direito de família, identificando lacunas quanto à guarda em casos de divórcio; investigar a construção jurisprudencial sobre a guarda dos animais de estimação, destacando os principais critérios utilizados pelos tribunais; apresentar o debate doutrinário contemporâneo, considerando autores nacionais e internacionais que defendem a guarda compartilhada de animais domésticos; discutir a influência do conceito de família multiespécie na definição e deveres relacionados aos animais em litígios familiares; propor reflexões sobre a necessidade (ou não) de regulamentação específica para assegurar segurança jurídica e proteção do bem-estar animal.

Note-se, ainda, que o tema da disputa de guarda de animais de estimação em casos de divórcio revela-se de grande relevância jurídica e social. Observa-se no Brasil, um crescimento significativo no número de famílias que incluem animais como membros efetivos do núcleo familiar, caracterizando a chamada família multiespécie.

Assim é que tal realidade vem desafiando o ordenamento jurídico brasileiro, ainda marcado por normas que tratam os animais majoritariamente como bens semoventes, desconsiderando o vínculo afetivo e a proteção de seu bem-estar.

Por isso, é que o presente trabalho buscará enfrentar o desafio da ausência de legislação específica sobre a guarda de animais de estimação em dissoluções conjugais, já que se configura em tema gerador de insegurança jurídica para magistrados, que se valem de soluções criativas e fundamentadas em princípios constitucionais, como a dignidade da pessoa humana, a afetividade e a proteção do meio ambiente, para a tomada de decisão. O que oportuniza à jurisprudência assumir um papel central, delineando critérios para decisões que buscam equilibrar os interesses das partes e a tutela do animal.

Ademais, refira-se que, academicamente, o estudo é pertinente por inserir-se no campo emergente do Direito Animal e do Direito de Família contemporâneo, contribuindo para o debate doutrinário e para a reflexão crítica acerca da

necessidade de atualização normativa. De mais a mais, sob o aspecto social, a pesquisa se justifica pela relevância que os animais de estimação exercem no cotidiano das famílias sendo, muitas vezes, fonte de afeto, companhia e até suporte emocional.

Assim, a investigação do tema é importante não apenas para compreender a evolução sobre a matéria, mas também para fomentar a discussão acerca da possibilidade de construção de um marco regulatório mais claro e afetivo, capaz de assegurar maior proteção ao vínculo afetivo entre humanos e seus animais de estimação em contexto de dissolução conjugal.

Outrossim, no desenvolvimento deste trabalho, optou-se por uma estrutura sistemática que permite abordar progressivamente as transformações jurídicas relacionadas à condição dos animais não humanos no ordenamento jurídico brasileiro.

2 O ESTATUTO JURÍDICO DOS ANIMAIS NO ORDENAMENTO BRASILEIRO

Nessa seção será analisado o estatuto jurídico dos animais à luz do CC - Código Civil, com foco na sua classificação como bens semoventes, e a consequente análise crítica da incompatibilidade dessa visão com os princípios constitucionais e tratados internacionais que tutelam a dignidade e o bem-estar animal.

Denote-se, assim, que a tradição do Direito Civil brasileiro, seguindo a matriz romano-germânica, enquadrou os animais como bens móveis, classificados como semoventes (art. 82 do CC) e o (art. 83 do CC). Os bens móveis por determinação legal (energias, direitos) e a tripartição doutrinária: móveis por natureza, por antecipação e por determinação legal e até mesmo como bens principais ou acessórios (art. 85 do CC). Essa lógica patrimonialista, entretanto, mostra-se cada vez mais anacrônica diante dos avanços constitucionais, legislativos e jurisprudenciais na proteção da fauna.

Por isso é que este trabalho defende a tese de que a classificação civilista dos animais como bens está em incompatibilidade material com a Constituição Federal, com os tratados internacionais de proteção animal e com a jurisprudência consolidada do STF e do STJ – Superior Tribunal de Justiça.

Tais normas refletem um tratamento jurídico diferenciado, incompatível com a simples equiparação dos animais a objetos. Dessa maneira a sua regulação jurídica é indireta, sempre em benefício do homem, seu proprietário. Nessa ordem legal estabelecida, os animais são tidos como meros objetos, passíveis de apropriação e comércio pelos seres humanos, tendo importância quando possuem valor econômico.

Contudo, a nova ordem social estabelecida no Brasil, e no mundo, embasada pelo avanço das ciências biológicas, tenciona a um novo olhar para a situação dos animais não humanos. O ordenamento jurídico passa a ser questionado de forma contundente sobre a posição desses seres como simples objetos do direito, como meras coisas a serviço e deleite do ser humano, o homem.

A Constituição Federal de 1988 promoveu uma ruptura ao consagrar a proteção do meio ambiente como direito fundamental (art. 225, caput) e ao vedar práticas que submetam os animais à crueldade (§1º, VII). A partir desse marco, abre-se espaço para repensar o estatuto jurídico dos animais, afastando sua mera condição de “coisas”. A Constituição ao reconhecer os animais como destinatários de proteção direta, rompe com a visão utilitarista. Ao vedar a crueldade (art. 225, §1º, VII), consagra-se a ideia de que os animais possuem valor intrínseco. Logo, reduzi-los à condição de coisas viola o núcleo essencial da proteção constitucional da fauna.

A legislação ambiental e penal reforça essa ruptura. A Lei nº 9.605/1998 criminaliza maus-tratos e abusos contra animais, dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, como também regula os crimes contra os animais não humanos. O diploma legal “colocou a proteção à fauna em maior conformidade com o sistema e procurou aproxima-se mais da realidade brasileira” (Freitas, 2012). A Lei nº 14.064/2020 agravou penas de maus-tratos a cães e gatos, reconhecendo sua especial vulnerabilidade.

A Constituição Federal brasileira, (Dias, 2011), adota em seu texto a preocupação com o meio ambiente, seguindo a tendência mundial e principais documentos sobre o tema. Nesse sentido, os tratados de proteção animal no plano internacional, a Declaração Universal dos Direitos dos Animais (1978), a Convenção sobre Diversidade Biológica (1992) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU – Organização das Nações Unidas (ODS 15 – Vida Terrestre) visam

proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, combatendo a desertificação e a perda de biodiversidade.

As metas da ONU previstas em seus ODS incluem gerir as florestas de forma sustentável, acabar com o desmatamento e a degradação da terra, proteger espécies ameaçadas e garantir a conservação de áreas como montanhas e zonas áridas. As ações envolvem políticas, monitoramento com satélites, práticas de conservação e o combate ao tráfico de animais silvestres, reforçam o dever estatal de reconhecer os animais como seres dotados de valor próprio.

Frente a essa nova visão, países europeus, sob outra perspectiva, fincam marcos jurídico de que os animais não são simples coisas. Recentemente, o parlamento francês aprovou a alteração do status jurídico dos animais não humanos no Código Civil. O novo texto reconhece os animais como seres sencientes e rejeita a possibilidade de serem propriedade pessoal (Avancini, 2015). Ao modernizar suas leis, a França apresenta ao mundo necessidade de uma nova relação dos seres humanos com os animais, com a substituição da exploração pelo respeito.

A primeira inovação legislativa a quebrar a visão tradicional do Direito ocorreu em 1990 na Alemanha, ao alterar o Código Civil (BGB – Bürgerliches Gesetzbuch), deixando de considerar os animais como coisas (§90.a) (Araújo, 2003). O entendimento civilista alemão possibilitou aos animais protegidos por leis especiais, compatíveis com suas particularidades de seres vivos.

Na ausência de leis específicas no Brasil, a analogia deve ser usada para lidar com litígios, embora os animais não sejam mencionados na Constituição Federal (Brasil, 1988), o princípio da afetividade.

A afetividade, que é um princípio basilar do Direito de Família (reconhecido no Brasil para proteger as relações familiares baseadas no amor e no cuidado, e não apenas no vínculo biológico ou patrimonial), é estendida para analisar a relação entre o ser humano e o animal, e pode ser usado para repensar a natureza jurídica dos animais de estimação e incluí-los no conceito de Família Multiespécie.

O Brasil seguirá as mudanças que ocorrem globalmente em relação aos animais de estimação, apesar de não haver ainda uma legislação própria que aborde o assunto, quando se trata de guarda de animais após o término de casamentos ou uniões estáveis, juízes passam a invocar princípios como a

afetividade e a senciência ao proferirem decisões em casos envolvendo famílias que incluem animais de estimação (Valle; Borges, 2018).

3 FAMÍLIA MULTIESPÉCIE E O DIREITO À CONVIVÊNCIA AFETIVA

A família multiespécie é a entidade familiar composta por seres humanos e seus animais de estimação (pets), onde há um forte e intenso vínculo afetivo e emocional. O afeto é o princípio norteador das famílias contemporâneas, e esse reconhecimento se estende à relação entre humanos e pets.

Nesse contexto, a família multiespécie é aquela compreendida como aquela formada por pessoas e seus animais de estimação, unidas por laços de afeto, convivência e cuidado recíproco. Tal estrutura rompe com o paradigma antropocêntrico do direito, aproximando-se de uma visão biocêntrica e ética, que reconhece a senciência animal e o valor intrínseco da convivência interespécies.

Denote-se que a própria ciência vem confirmando que os animais têm emoção e são seres senscientes, com todos os atributos inerentes a essa condição. No entanto, apesar da evolução na jurisprudência, ainda não existe no Brasil uma lei federal específica que regule detalhadamente a tutela da família multiespécie. Na generalidade as decisões judiciais são baseadas na interpretação dos juízes, em projetos de lei em discussão, e no reconhecimento da senciência dos animais e da natureza afetiva do vínculo familiar.

Outrossim, o Direito de Família moderno é fundamentado no Princípio da Afetividade, que valoriza o elo emocional sobre os laços meramente biológicos ou patrimoniais. Por isso, o judiciário brasileiro vem entendendo que o vínculo entre tutores e pets é uma expressão desse afeto com a transformação social e jurídica do conceito de família tem levado à ampliação de suas formas de reconhecimento, permitindo o surgimento de novos arranjos familiares que extrapolam a dimensão humana.

Neste sentido, é que a família multiespécie revela-se como uma expressão contemporânea da afetividade como princípio estruturante do Direito das Famílias, deslocando o foco da consanguinidade e do matrimônio para o vínculo afetivo e a função de cuidado.

Sob o ponto de vista constitucional, o reconhecimento dessa forma de família encontra respaldo no art. 226 da Constituição Federal, que consagra a proteção estatal à família em suas diversas configurações, e no art. 225, que impõe ao Estado e à coletividade o dever de proteger os animais contra toda forma de crueldade. A conjugação desses dispositivos revela uma visão ampliada da proteção familiar e ambiental, na qual a convivência com os animais constitui expressão do direito fundamental ao bem-estar, à dignidade e à afetividade.

Além disso, o direito à convivência afetiva entre humanos e animais vem sendo consolidado pela jurisprudência, especialmente nas hipóteses de dissolução de vínculos conjugais. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.713.167/SP, sob relatoria da Ministra Nancy Andrighi (2018), reconheceu a possibilidade de regulamentação judicial de visitas a animal de estimação, afirmando que “os animais de companhia, por sua natureza e função afetiva, não podem ser tratados como simples coisas, devendo-se respeitar o vínculo de afeto existente com seus tutores”. Esse entendimento consolidou o reconhecimento do valor jurídico do afeto interespecies, inaugurando uma nova leitura do direito de família sob a ótica da sensibilidade e da empatia.

A partir dessa evolução, a família multiespécie passa a ser reconhecida como entidade familiar legítima, e o direito à convivência afetiva adquire status de direito fundamental derivado da dignidade humana e da proteção animal. Negar esse reconhecimento significa manter uma interpretação reducionista e anacrônica do conceito de família, incompatível com os valores constitucionais e com a própria evolução social e ética da sociedade contemporânea

3.1 A noção de família à luz da afetividade e da dignidade

A partir dessa evolução, a família multiespécie passa a ser reconhecida como entidade familiar legítima, e o direito à convivência afetiva adquire status de direito fundamental derivado da dignidade humana e da proteção animal. Negar esse reconhecimento significa manter uma interpretação reducionista e anacrônica do conceito de família, incompatível com os valores constitucionais e com a própria evolução social e ética da sociedade contemporânea.

3.2 O animal como membro da família: aspectos emocionais, éticos e jurídicos

A crescente presença dos animais de estimação no cotidiano das famílias humanas reflete uma transformação profunda nas relações afetivas e sociais contemporâneas. O vínculo entre humanos e animais ultrapassa a mera convivência doméstica e assume uma dimensão emocional e moral, na qual o animal é percebido como companheiro, confidente e parte integrante do núcleo familiar. Essa mudança cultural e afetiva tem produzido impactos significativos na doutrina e na jurisprudência, impulsionando o reconhecimento do animal como membro da família e destinatário de tutela jurídica específica.

Sob o aspecto emocional, a convivência com animais de estimação contribui para o equilíbrio psicológico e o bem-estar de seus tutores. Estudos da psicologia demonstram que os vínculos com os animais proporcionam afetividade, empatia e senso de pertencimento, funcionando como fatores de apoio emocional e redução do estresse.

Assim, a relação interespécies constitui não apenas uma forma de afeto, mas também um elemento essencial da saúde emocional e social do ser humano. Entretanto, em que pese a relação entre as espécies ser pré-histórica, a preocupação em massa com o futuro dispensado aos animais não humanos e com o futuro em si dos referidos animais só se alastrou como movimento filosófico, jurídico e social a partir do meio século passado (Medeiros, 2013).

No plano ético, o reconhecimento do animal como membro da família encontra respaldo na concepção de que os animais são seres sencientes, dotados de capacidade de sentir dor, prazer e emoções. Essa compreensão afasta definitivamente a visão antropocêntrica clássica, segundo a qual o animal existiria apenas em função do ser humano, e aproxima o Direito de uma ética biocêntrica e solidária.

A ética da coexistência impõe, portanto, a necessidade de uma tutela jurídica que preserve o bem-estar e a dignidade dos animais, entendidos como companheiros de vida e partícipes da esfera afetiva.

Do ponto de vista jurídico, a integração do animal no conceito de família representa um avanço interpretativo alinhado aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), da solidariedade social (art. 3º, I) e da proteção ao meio ambiente e aos animais (art. 225). A leitura sistemática desses

dispositivos permite reconhecer que o vínculo entre humanos e animais constitui expressão legítima do direito à convivência afetiva e à busca pela felicidade, ambos corolários da dignidade humana.

A jurisprudência tem acompanhado essa evolução, reconhecendo que o animal de estimação não pode ser tratado como simples bem patrimonial. O STJ, no julgamento do REsp 1.713.167/SP, destacou que “os animais de companhia possuem valor afetivo inestimável, devendo ser tutelados como seres dotados de sensibilidade e não como objetos de propriedade”.

Além disso, diversos tribunais estaduais vêm aplicando a analogia com as normas de guarda e convivência de filhos menores, ao regular a permanência e o cuidado com os animais após a separação dos tutores. Essa tendência reflete o reconhecimento implícito de que o animal participa do núcleo familiar, sendo titular de interesse jurídico próprio, ainda que não seja sujeito de direito no sentido tradicional.

No plano legislativo, observa-se a evolução do reconhecimento do animal como ser senciente, por exemplo com previsão da Lei nº 14.064/2020, que ao agravar as penas de maus-tratos contra cães e gatos, reforça a compreensão de que esses seres merecem especial proteção e consideração jurídica, como autênticos membros da sociedade e das famílias brasileiras.

Assim, a consideração do animal como membro da família não é apenas um fenômeno social, mas uma exigência ética e jurídica que decorre da evolução do pensamento constitucional e da própria sensibilidade humana. Negar essa realidade equivaleria a perpetuar uma visão jurídica ultrapassada, incompatível com os valores de empatia, solidariedade e respeito à vida que orientam o Estado Democrático de Direito contemporâneo.

4 A GUARDA COMPARTILHADA DE ANIMAIS: PANORAMA JURISPRUDENCIAL

Desde a antiguidade, os seres humanos encontram-se envolvidos em sua caminhada diária com diversas espécies animais. Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação (ABINPET) no Brasil, existe cerca de 106,2 milhões de animais de estimação. Assim, por fazerem parte da vida familiar dos seres humanos, quando ocorre o divórcio, os animais de estimação são envolvidos em disputas judiciais sob a sua guarda.

4.1 Decisões paradigmáticas

O Direito brasileiro, seguindo a definição clássica adotada no mundo jurídico, salvo raras exceções, enxerga os animais não humanos como coisas, bem móveis, semoventes. Conforme a disposição do art. 82 do Código Civil, a fim de reafirmar a situação jurídica de objetos de direito, as crias dos animais, na linguagem da Lei Civil, pertencem ao proprietário, podendo ser vendidas ou doados, conforme estabelece o art. 1.232.

Nesse sentido, para saber quem é o proprietário de uma animal de estimação ou doméstico, como cães, gatos, e cavalos, basta analisar o documento de pedigree ou caso animal não tenha, sua carteira de vacinação (Gaeta, 2003).

Contudo, tal direito de propriedade não é absoluto. Desde o advento da Constituição Federal de 1988, a ordem constitucional brasileira reconhece que os animais são dotados de sensibilidade, [...] proibindo expressamente as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a sua extinção ou os submetam à crueldade (Gordinho, 2008).

Em vista do mandamento constitucional, apesar de os animais continuarem com o status de objeto, são vedadas práticas de crueldade, reconhecendo a esses seres vulneráveis o direito fundamental à vida e à integridade física, ecoando novas diretrizes às leis infraconstitucionais e à sociedade.

Ainda que inexistente previsão expressa no Código Civil, os tribunais têm se valido da analogia e dos princípios constitucionais para suprir essa lacuna normativa, aplicando aos animais, com as devidas adaptações, as regras de guarda e convivência previstas para filhos menores.

O marco mais relevante dessa evolução jurisprudencial foi o julgamento do Recurso Especial nº 1.713.167/SP, pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, sob relatoria da Ministra Nancy Andrighi, em 19 de junho de 2018. Nesse precedente paradigmático, o STJ reconheceu que, diante da dissolução de união estável, é possível ao magistrado regular o direito de visitas a animal de estimação, considerando o vínculo afetivo estabelecido e o dever de cuidado recíproco. O acórdão destacou que “a disputa pela posse de animal de estimação não pode ser resolvida sob a ótica do direito de propriedade, mas à luz da afetividade e da proteção ao ser vivo senciente”.

Essa decisão representou um divisor de águas, ao conferir status jurídico autônomo ao afeto interespecies, afastando definitivamente a concepção patrimonialista.

Em linha com o entendimento do STJ, os tribunais estaduais têm consolidado um panorama favorável à guarda e convivência compartilhada de animais. O Tribunal de Justiça de São Paulo, por exemplo, vem se destacando por decisões inovadoras. Na Apelação Cível nº 1000596-91.2017.8.26.0100, reconheceu-se a possibilidade de regulamentação judicial de visitas a um cão, afirmando que “o vínculo afetivo entre o animal e ambos os tutores é digno de tutela jurídica, devendo-se assegurar a convivência de modo a atender ao melhor interesse do animal e das partes”.

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul também tem decisões semelhantes, a exemplo do processo nº 70075700776, em que se determinou a guarda alternada de um cão entre ex-companheiros, enfatizando que o rompimento da relação humana não extingue o laço emocional com o animal.

Outros tribunais, como o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, vêm reconhecendo que a convivência com o animal constitui direito afetivo e dever moral, de modo que o impedimento injustificado de contato pode configurar dano moral indenizável. Essa orientação alinha-se ao princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF) e à proteção do bem-estar animal (art. 225, §1º, VII, CF), que impõem a adoção de soluções jurídicas que conciliem a sensibilidade dos tutores e a qualidade de vida do animal.

Observa-se, portanto, que a guarda compartilhada de animais tem se firmado como um instrumento de pacificação social e reconhecimento jurídico da afetividade interespecies. Ainda que não exista legislação específica, a jurisprudência tem assumido papel de vanguarda, concretizando valores constitucionais e respondendo às novas configurações familiares.

Essa tendência revela a transição de um paradigma patrimonialista e antropocêntrico para outro afetivo e biocêntrico, no qual o direito busca harmonizar o sentimento humano de pertencimento com o dever ético de respeito aos seres não humanos.

Em síntese, o panorama jurisprudencial demonstra que o direito de família contemporâneo está em franco processo de ampliação, acolhendo a realidade das famílias multiespécie e reconhecendo que o afeto é o elemento estruturante da

convivência jurídica. A guarda compartilhada de animais, nesse sentido, consolida-se como expressão prática da afetividade, da empatia e da justiça social aplicada às relações interespecies.

4.2 Critérios adotados pelos tribunais: afeto x propriedade

A jurisprudência brasileira tem progressivamente abandonado a visão antropocêntrica e patrimonialista, que tratava o animal como mero objeto de propriedade, e adotado uma perspectiva biocêntrica e afetiva, reconhecendo o animal como ser senciente e membro da família multiespécie. Essa mudança interpretativa reflete a incidência direta dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF), da solidariedade social (art. 3º, I, CF) e da proteção ao meio ambiente e aos animais (art. 225, § 1º, VII, CF).

No precedente paradigmático do Superior Tribunal de Justiça (REsp 1.713.167/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 19/6/2018), a Corte afirmou que “a disputa pela posse de animal de estimação não pode ser resolvida sob a ótica da propriedade, mas da afetividade”. Esse julgado inaugurou uma nova hermenêutica no Direito de Família, ao reconhecer que o animal não é um bem, mas um companheiro de vida, cuja tutela deve priorizar o melhor interesse afetivo, e não a titularidade formal.

De modo semelhante, o Tribunal de Justiça de São Paulo, na Apelação Cível nº 1000596-91.2017.8.26.0100, enfatizou que o animal de companhia “não pode ser tratado como coisa, devendo o julgador considerar o laço de afeto e a rotina de convivência para determinar a guarda ou o direito de visitas”. Esse posicionamento reflete um novo critério de valoração jurídica, no qual o afeto assume o papel de elemento legitimador da posse e da convivência, superando a mera análise documental de propriedade ou aquisição.

Contudo, ainda há decisões que resistem à ampliação desse entendimento, especialmente em instâncias inferiores, nas quais persiste a leitura literal do Código Civil. Em tais casos, os tribunais tendem a decidir com base em provas de compra e registro de microchip, tratando o animal como bem móvel. Essa divergência revela a ausência de uma legislação específica e a necessidade de uma interpretação sistêmica e principiológica, que harmonize o direito civil com os valores constitucionais contemporâneos.

Diante disso, observa-se que os tribunais têm adotado dois critérios principais na solução dos litígios envolvendo animais de estimação. O critério patrimonial, fulcrado na propriedade, baseia-se na comprovação documental de titularidade (nota fiscal, pedigree, registro em clínicas ou microchip). Aplica-se a lógica da posse e da propriedade, com caráter estritamente patrimonial. É mais comum em decisões antigas ou em demandas cíveis sem enfoque afetivo. O critério afetivo, fulcrado no vínculo e cuidado, pois, considera a relação de afeto, convivência e cuidado entre o tutor e o animal. Isto é, fundamenta-se nos princípios da afetividade, da dignidade humana e do bem-estar animal. Predomina nas decisões mais recentes, especialmente em varas de família e nos tribunais superiores.

Esse duplo critério evidencia o momento de transição paradigmática do Direito Civil brasileiro: de um modelo centrado na propriedade privada para outro orientado pela afetividade e pela tutela da vida em suas múltiplas formas.

A prevalência do critério afetivo, portanto, não representa mera sensibilidade judicial, mas uma exigência constitucional de proteção integral à dignidade humana e animal.

Assim, o panorama jurisprudencial contemporâneo revela que o afeto vem progressivamente substituindo a propriedade como fundamento decisório, consolidando o reconhecimento da família multiespécie como realidade jurídica legítima e expressão da evolução ética do Direito brasileiro.

4.3 Limites da atuação judicial na ausência de lei específica

A consolidação do entendimento sobre a guarda e a convivência de animais de estimação no contexto familiar enfrenta um obstáculo central: a ausência de legislação específica que regule tais situações. Essa lacuna normativa tem levado o Poder Judiciário a exercer papel protagonista e interpretativo, recorrendo a princípios constitucionais e à analogia com institutos do Direito de Família, notadamente a guarda compartilhada e o melhor interesse — tradicionalmente aplicados às relações entre pais e filhos.

Contudo, tal atuação suscita um debate relevante acerca dos limites da jurisdição em um Estado Democrático de Direito. De um lado, argumenta-se que o Judiciário não pode se substituir ao legislador, criando normas inexistentes; de outro,

sustenta-se que a omissão legislativa não pode servir de pretexto para negar tutela jurisdicional adequada, sobretudo em matérias que envolvem direitos fundamentais e valores constitucionais como o afeto, a dignidade e o bem-estar animal.

O art. 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) autoriza o magistrado a decidir casos omissos com base na analogia, nos costumes e nos princípios gerais de direito. Assim, a atuação judicial que reconhece a família multiespécie ou regula a guarda de animais não constitui inovação arbitrária, mas exercício legítimo da função integrativa do direito, orientada pela supremacia dos princípios constitucionais.

No emblemático REsp 1.713.167/SP (STJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, 2018), a Corte reconheceu expressamente que, “diante da omissão legislativa, cabe ao Judiciário aplicar princípios constitucionais e valores sociais contemporâneos para garantir solução justa e adequada às novas configurações familiares”. Assim, o Judiciário vem assumindo função supridora, interpretando o sistema jurídico à luz da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF) e da proteção constitucional aos animais (art. 225, § 1º, VII, CF).

Entretanto, há limites que devem ser respeitados. A atuação judicial não pode configurar atividade legislativa disfarçada, sob pena de violar o princípio da separação dos poderes (art. 2º, CF). O Judiciário deve atuar de forma prudente e excepcional, apenas para suprir omissões inaceitáveis que comprometam a efetividade dos direitos fundamentais. A interpretação criativa deve permanecer dentro dos contornos do ordenamento, evitando decisões que gerem insegurança jurídica ou contradições sistêmicas.

Apesar de pena irrisória, foi importante a lei ter abrangido os “animais domésticos e domesticados, em art.32, o qual transformou as antigas contraversões (art.64 do Decreto-Lei nº 3.688/41), em crimes” (Tinoco; Correia, 2010).

Assim, a judicialização da afetividade animal não deve ser confundida com voluntarismo judicial, mas entendida como expressão de um processo evolutivo e hermenêutico do Direito, guiado pela Constituição.

5 TENSÕES DOGMÁTICAS E PROPOSTAS DE RELEITURA CIVIL-CONSTITUCIONAL

O debate sobre a guarda, a convivência e o reconhecimento jurídico dos animais de estimação como membros da família multiespécie revela profundas tensões dogmáticas entre o paradigma civilista tradicional e a hermenêutica constitucional contemporânea.

Enquanto o Direito Civil clássico se estruturou sob uma lógica patrimonialista, centrada na autonomia da vontade e na propriedade privada, o Direito Constitucional contemporâneo introduziu novos valores — como a dignidade da pessoa humana, a solidariedade social e a proteção à vida em todas as suas formas — que desafiam as categorias jurídicas tradicionais.

Essa tensão se manifesta de forma evidente na classificação jurídica dos animais como “bens semoventes” (art. 82 do Código Civil), o que os reduz à condição de coisas, em contradição com o reconhecimento científico e ético de que são seres sencientes, dotados de sensibilidade e capacidade de estabelecer vínculos afetivos.

Tal dualidade revela o conflito entre a dogmática civilista e o constitucionalismo contemporâneo, expondo a necessidade de uma releitura civil-constitucional que reequilibre o sistema jurídico em consonância com os valores fundamentais da Constituição de 1988.

No campo do Direito Animal, essa releitura exige o reconhecimento do status jurídico diferenciado dos animais, situado em um “terceiro gênero jurídico” — não mais coisa, mas ainda não pessoa —, conforme defendem George Salomão Leite (2020) e Tagore Trajano (2021). Trata-se de um processo de evolução normativa e axiológica, no qual o Direito deve adaptar-se às transformações sociais, éticas e científicas.

A partir dessa visão, o afeto passa a exercer função normativa e integradora, atuando como verdadeiro princípio jurídico estruturante do Direito das Famílias e, por extensão, das relações interespécies.

Essa releitura civil-constitucional implica, portanto, uma mudança de paradigma da coisificação para o reconhecimento da senciência; da propriedade para a tutela e responsabilidade; da autonomia patrimonial para a solidariedade

interespecie; do formalismo legalista para a interpretação principiológica e integradora.

Assim, as tensões dogmáticas entre o civilismo clássico e o constitucionalismo contemporâneo não devem ser vistas como contradições insolúveis, mas como oportunidades de reconstrução do sistema jurídico, a partir de uma hermenêutica que una técnica e humanidade.

O intérprete do Direito — e especialmente o julgador — deve atuar como mediador entre a tradição e a inovação, aplicando o Direito Civil como instrumento de concretização dos direitos fundamentais, e não como obstáculo à evolução social.

Com o amparo da Constituição Federal, é possível a adoção de novas formas efetivas de defesa de interesses vitais de animais não humanos seja na esfera civil ou penal.

Portanto, diante das novas formas de convivência e afetividade, a única resposta dogmaticamente coerente é a releitura civil-constitucional, que reconhece o animal como sujeito de tutela jurídica especial e a família multiespecie como expressão legítima da dignidade e da afetividade humanas.

5.1 Superação do paradigma patrimonial: o animal como sujeito *sui generis*

O tratamento jurídico conferido aos animais tem passado por um processo de profunda transformação, impulsionado por avanços científicos, éticos e constitucionais. Todavia, o desenvolvimento da ciência etológica, aliado à evolução moral da sociedade e ao constitucionalismo contemporâneo, desafiou os fundamentos desse modelo. O reconhecimento da senciência animal — isto é, da capacidade de sentir dor, prazer, medo e afeto — tornou insustentável a redução dos animais à condição de meros objetos de direito.

Essa constatação científica, acolhida implicitamente pelo art. 225, §1º, VII, da Constituição Federal, que proíbe práticas cruéis contra os animais, impõe uma mudança paradigmática: o deslocamento do eixo patrimonial para o eixo ético e relacional.

Trata-se, portanto, de reconhecer o animal como um sujeito de direito *sui generis* — categoria intermediária entre a coisa e a pessoa — dotado de tutela jurídica autônoma, mas dependente de representação humana para o exercício de

seus interesses. Essa concepção rompe com o modelo binário clássico (pessoa/coisa), instaurando um terceiro gênero jurídico, em consonância com o biocentrismo constitucional e com a tendência internacional inaugurada por países como Alemanha, Portugal e França, que já retiraram os animais do rol de coisas em seus códigos civis.

No Brasil, embora ainda não haja lei que altere expressamente o status jurídico dos animais, a jurisprudência e a doutrina vêm abrindo caminho para essa mudança. A superação do paradigma patrimonial implica, assim, uma reconstrução dogmática do Direito Civil, a partir de três dimensões complementares. Dimensão ontológica, na qual o animal é reconhecido como ser senciente, e não mais como objeto. Dimensão ética, cuja proteção jurídica decorre do dever humano de respeito e cuidado, e não apenas do interesse econômico. Dimensão normativa, que exige a criação de um microssistema jurídico de tutela animal, que estabeleça direitos próprios e mecanismos de representação processual.

Adverta-se, que essa evolução não anula a coerência do sistema civil, mas o reconfigura à luz da Constituição. O Código Civil, interpretado sob perspectiva civil-constitucional, deve ser compreendido como instrumento de realização dos valores constitucionais, e não como barreira à efetividade da proteção da vida e da dignidade em sentido amplo.

Em síntese, o animal como sujeito de direito *sui generis* representa o ponto de inflexão do pensamento jurídico contemporâneo: um avanço civilizatório que redefine o papel do Direito na construção de uma sociedade verdadeiramente solidária, empática e biocêntrica. Trata-se de reconhecer, enfim, que o valor do animal não está em ser “propriedade”, mas em ser vida que coexiste, afetividade que se compartilha e sujeito que merece tutela.

5.2 Projeto de Lei nº 27/2018 e outras propostas legislativas

O Projeto de Lei Complementar 27/2018, de autoria do Ricardo Izar (PP-SP), tem a ementa: “Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605/1998, para dispor sobre a natureza jurídica dos animais não humanos”. A proposta afirma que os animais “possuem natureza jurídica *sui generis* e são sujeitos de direitos despersonalizados, dos quais devem gozar e obter tutela jurisdicional em caso de violação, vedado o seu tratamento como coisa”.

O projeto também pretende alterar a Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) para especificar que animais não humanos não sejam considerados bens móveis para os fins do Código Civil (art. 82).

O Senado aprovou o texto do Projeto de Lei Complementar 27/2018 em 07/08/2019, reconhecendo que os animais deixam de ser “coisas” e passam a ter natureza jurídica especial.

Aprovado com emendas que restringem a aplicação da tutela judicial para animais usados em agropecuária ou em manifestações culturais registradas como patrimônio imaterial. Após aprovação no Senado, o projeto retornou à Câmara dos Deputados para nova análise devido às alterações. Reconhecer juridicamente os animais como sujeitos de direitos (ou seja, não apenas objetos) fortalece a argumentação de que o vínculo humano-animal pode ter relevância jurídica, inclusive em disputas de guarda, convivência ou tutela.

Refira-se que a natureza jurídica *sui generis* abre caminho para interpretações de que o animal integra o núcleo familiar, e que seu tratamento jurídico não deve reduzir-se à mera propriedade ou bem patrimonial. Contudo, a restrição delimitada às atividades agropecuárias e culturais aponta para tensões normativas que merecem destaque crítico (ex.: espécie, seletividade, desigualdade de tutela).

5.3 Hermenêutica constitucional e função promocional do Direito das Famílias

A Hermenêutica Constitucional tem se mostrado essencial para a reinterpretação do Direito das Famílias, permitindo que normas civis, muitas vezes rígidas ou desatualizadas, sejam aplicadas de forma compatível com os valores e princípios da Constituição Federal de 1988. No contexto das famílias multiespécie, essa abordagem oferece instrumentos teóricos e práticos para reconhecer vínculos afetivos interespécies, inclusive em situações de guarda, convivência e proteção jurídica.

A hermenêutica constitucional consiste na interpretação do ordenamento jurídico à luz dos princípios constitucionais, como a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), a solidariedade social (art. 3º, I) e a função social da família (art. 226, §6º). Conforme anota Ingo Sarlet (2021), o intérprete deve buscar soluções

que concretizem os valores constitucionais, mesmo na ausência de norma específica, permitindo ao Direito se atualizar frente às transformações sociais.

No âmbito do Direito das Famílias, a hermenêutica constitucional serve para: superar a rigidez civilista clássica, reconhecendo novas formas de constituição familiar, como famílias multiespécie; garantir proteção aos vínculos afetivos, mesmo quando não há previsão expressa no Código Civil; orientar a atuação judicial para equilibrar direitos fundamentais, afetividade e responsabilidade civil em situações de guarda ou convivência de animais.

Anote-se que o Direito das Famílias não se limita a regulamentar relações privadas; possui uma função promocional, consistente em fomentar o desenvolvimento integral dos membros da família e a proteção dos vínculos afetivos. Esse conceito encontra respaldo no princípio da proteção integral, que orienta o tratamento das relações familiares a partir de uma perspectiva valorativa e protetiva, não apenas repressiva.

Por isso, aplicado às famílias multiespécie, o princípio da promoção envolve: reconhecimento da importância do vínculo afetivo com animais de estimação, considerando seus impactos psicológicos, sociais e afetivos sobre os tutores; adoção de medidas jurídicas que garantam convivência e guarda compartilhada, em analogia às normas de guarda de filhos menores; incentivo à construção de soluções equitativas e sensíveis, evitando que a ausência de lei específica inviabilize direitos constitucionais, como o direito à convivência afetiva e à dignidade.

Sem dúvidas, a hermenêutica constitucional aplicada ao Direito das Famílias permite que o ordenamento civil: integre valores contemporâneos de proteção animal e convivência afetiva; supere tensões dogmáticas entre propriedade e afeto; exerça função promocional, garantindo que a legislação evolua em consonância com a realidade social e os princípios constitucionais. Dessa forma, o Direito das Famílias se afirma não apenas como instrumento regulatório, mas como mecanismo de promoção de vínculos afetivos e proteção integral, inclusive em contextos multiespécie, consolidando uma abordagem jurídica integrativa, ética e constitucionalmente orientada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que o Direito das Famílias, aliado à hermenêutica constitucional, encontra-se em processo de ampliação e modernização, acompanhando as transformações sociais que reconhecem os animais como membros afetivos da família. A jurisprudência recente e os projetos legislativos, como o Projeto de Lei Complementar 27/2018, indicam que o paradigma patrimonialista do Direito Civil vem sendo progressivamente superado, abrindo espaço para o reconhecimento do animal como sujeito de direito sui generis, dotado de tutela própria e inserido no núcleo familiar multiespécie.

A função promocional do Direito das Famílias emerge como eixo estruturante dessa evolução, orientando a aplicação das normas e princípios de modo a proteger a afetividade, o vínculo emocional e o bem-estar dos animais, mesmo na ausência de legislação específica.

A guarda compartilhada e o direito de convivência, reconhecidos em precedentes como o REsp 1.713.167/SP, exemplificam como o Judiciário atua para assegurar direitos constitucionais e valores éticos, conciliando os interesses humanos e animais de forma equitativa.

No relato dos casos, constatou-se que a valorização do vínculo afetivo interespecies foi determinante para a solução dos litígios, superando a lógica da propriedade e promovendo decisões que garantem a continuidade da convivência e a proteção do bem-estar animal. Esses exemplos reforçam que a afetividade, mais do que a titularidade formal, deve guiar o tratamento jurídico dos animais de estimação, consolidando uma abordagem que harmoniza Direito, ética e ciência.

Em síntese, o estudo demonstra que o reconhecimento da família multiespécie e da tutela afetiva dos animais constitui um avanço paradigmático no Direito brasileiro, indicando a necessidade de legislação específica e interpretações judiciais sensíveis, capazes de materializar a dignidade, o afeto e a proteção integral da vida em todas as suas formas. Cabe, portanto, a reflexão individual de cada ser humano, a fim de compreender a importância de cada espécie animal e com base na ética e moral, alterar sua forma de se relacionar com esses seres vulneráveis, e cobrar do Estado e suas instituições medidas reais e efetivas para que possamos viver em um mundo melhor sem sofrimento, independente da espécie.

REFERÊNCIAS

AVANCINI, A.D. **Em decisão histórica, França altera Código Civil e reconhece animais como seres sencientes**. Agência de Notícias de Direitos Animais, São Paulo, 3 de julho de 2015. Disponível em: <<https://anda.jor.br/03/02/2015/decisao-historica-franca-altera-codigo-civil-reconhece-animais-seres-sencientes>> Acesso em: 30.jul.2025.

ARAÚJO, F. **A Hora dos direitos animais**. Coimbra: Almedina, 2003.

ABINPET – **Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação**. Cenário do mercado pet no Brasil. Relatório Institucional, 2023.

BRASIL. **Código Civil**. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em <L10406compilada>. Acesso em: 10 de setembro de 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília-DF, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 de setembro de 2025.

BRASIL. **BRASIL. Lei nº 14.064, de 29 de setembro de 2020**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 set. 2020. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14064.htm>. Acesso em 03 de novembro de 2025

BRASIL. **Projeto de Lei Complementar 27/2018**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1835164&filename=EMS%206054/2019>. Acesso em 03 de novembro de 2025

BRASIL. **Lei nº 9.605/1998. Lei de Crimes Ambientais**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília-DF, 13 de fevereiro de 1998. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm>. Acesso em 30 de setembro de 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). **REsp 1.713.167/SP**, Rel. Min. Nancy Andrighi julgado em 19/6/2028, DJe 09/10/2018.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Processo n.º 70075700776**. Rel. Des. Luiz Felipe Brasil Santos, j. 13/09/2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Apelação Cível n.º 1000596-91.2017.8.26.0100**. Rel. Des. Luiz Fernando Nishi, j. 12/02/2019.

DIAS, E.C. Leis e animais: direitos e deveres. *Revista Brasileira de Direito Animal*. Ano 6, n.8, jan./jun, p.301-313. Salvador: Evolução, 2011.

FREITAS, V. P; FREITAS, G. P. Crimes contra a natureza. 9ed. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 2012.

GAETA, A. **Código de Direito Animal**. São Paulo: WCV, 2003.

GORDINHO, H.J.S **Abolicionismo animal**. Salvador. Evolução, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua):
Estatísticas sobre animais de estimação no Brasil. Brasília, 2022.

LEITE, G. S.L. **Direito Animal e Constituição**. Salvador: JusPodivm, 2021.

MEDEIROS, F.L.E.DE. **Direito dos animais**. Porto Alegre. Livraria do Advogado. Editora, 2013.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 30 out. 2025.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos dos Animais**. Bruxelas, 27 jan. 1978. Proclamada pela UNESCO em 15 out. 1978. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bioetica/animal.htm>. Acesso em: 30 out. 2025.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 15: Vida Terrestre**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/15>

ONU. **Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)**. Rio de Janeiro: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992. Disponível em: <https://www.cbd.int/doc/legal/cbd-pt.pdf> Acesso em: 30 out. 2025.

SARLET, I.W. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

SARLET, I. W. **Dignidade da pessoa humana e proteção jurídica dos animais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2021.

SINGEL, P. **Libertação Animal**. Tradução Marly Winckler, Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF M. Fontes, 2010.

TINOCO, I.A.P.; CORREIA, M.L.A. Análise crítica sobre a declaração universal dos direitos animais. *Revista Brasileira de Direito Animal*. Ano 6, n.7, jul./dez. 2010, p.169-195.Salvador: Evolução, 2010.

TRAJANO, T. **Direito Animal: Teoria e Prática**. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2021.

VALLE, A. C. N. A. do; BORGES, I. F. **A guarda dos animais de estimação no divórcio**. *Revista Científica da Academia Brasileira de Direito Civil*, Rio de Janeiro.

vol.03, n.2, 2018. Disponível em:<[HTTPS//abdc.emnuvens.com.br/abdc/article/view/22/18](https://abdc.emnuvens.com.br/abdc/article/view/22/18)>. Acesso em: 16 de setembro de 2025.